

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

BIANCA MORAIS MENDES<sup>41</sup>

CLARIDES HENRICH DE BARBA<sup>42</sup>

GERDALVA DE ARAÚJO DE VASCONCELOS<sup>43</sup>

### RESUMO

O objetivo do artigo é analisar como a Educação Ambiental está sendo inserida nos currículos de três escolas rurais no município de Porto Velho-RO. A metodologia foi a pesquisa teórico-descritiva, na abordagem do materialismo histórico-dialético. Participaram da entrevista seis diretores, três coordenadores e 20 professores. Os resultados apontam Educação Ambiental é pouco abordada nos currículos das escolas investigadas.

**Palavras-chave:** educação ambiental; currículo ambiental; escolas rurais; Amazônia.

### ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE CURRICULUM OF RURAL SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF PORTO VELHO-RO

### ABSTRACT

The objective of the article is to analyze how Environmental Education is being inserted in the curricula of three rural schools in the city of Porto Velho. The methodology was theoretical-descriptive research, in the approach of historical-dialectical materialism. Six directors, three coordinators and 20 teachers

---

<sup>41</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, especialista em Gênero e Diversidade Escolar (IESB), graduada em Ciências Biológicas e Pedagogia. E-mail: biancamoraismendes@gmail.com.

<sup>42</sup> Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria, Possui Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Educação Física pela Universidade Federal de Rondônia. Professor Associado IV da Universidade Federal de Rondônia, no Curso de Graduação e Mestrado em Filosofia, Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e no Mestrado Acadêmico em Educação. E-mail: clarides@unir.br.

<sup>43</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, especialista em linguística aplicada a produção de textos pela Uniron e Graduada em letras e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: gerdalvasconcelos@hotmail.com

participated in the interview. The results show Environmental Education is rarely addressed in the curricula of the investigated schools.

**Keywords:** environmental education; environmental curriculum; rural schools; Amazon.

## LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN EL CURRÍCULO DE LAS ESCUELAS RURALES DE LA CIUDAD DE PORTO VELHO-RO

### RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar cómo la Educación Ambiental se está insertando en los planes de estudio de tres escuelas rurales de la ciudad de Porto Velho-RO. La metodología fue la investigación teórico-descriptiva, en el enfoque del materialismo histórico-dialéctico. En la entrevista participaron seis directores, tres coordinadores y 20 profesores. Los resultados muestran que la Educación Ambiental rara vez se aborda en los planes de estudio de las escuelas investigadas.

**Palabras clave:** educación ambiental; plan de estudios ambiental; escuelas rurales; Amazonas.

### 1. INTRODUÇÃO

Um dos desafios da educação na contemporaneidade é superar o caráter fragmentado buscando o desenvolvimento integral dos estudantes contemplando as relações sociais, político, ético, social e cultural. Estes aspectos envolvem o currículo, pressupondo a necessária compreensão da educação como um caminho para abranger temas que envolvem a Educação Ambiental.

A primeira “Conferência Intergovernamental” realizada em Tbilisi (Geórgia-URSS) foi um marco significativo para a Educação Ambiental, sugerindo diretrizes e critérios para o desenvolvimento do movimento educativo nas décadas seguintes assim como a inserção do currículo de modo interdisciplinar.

O inciso V do Art. 225 da Constituição Federal do Brasil assegura que “Todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 149). Já os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) sugeriam práticas educativas interdisciplinares para a implementação da Educação Ambiental no ensino formal.

A Lei Federal 9.795/99 instituiu a Política Nacional da Educação Ambiental. O primeiro capítulo preconiza que a Educação Ambiental é um direito de todos, sendo um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades da Educação.

A Educação Ambiental implica em conhecimento, saberes e habilidades para a conscientização e comprometimento dos nossos estudantes com os saberes ambientais. Por meio do currículo, busca-se o desenvolvimento da Educação ambiental em abordagens educacionais nas quais temas e problemas ambientais sejam elementos constitutivos de processos de ensino- aprendizagem.

A Educação Ambiental não foi incluída em nenhum momento dos documentos importantes para a Educação no Brasil, como as Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394/1996). Também a Base Nacional Curricular Comum (BRASIL 2017) faz referência ao meio ambiente, mas a Educação Ambiental não é propriamente contemplada.

No Estado de Rondônia, o Referencial Curricular de Rondônia (RCRO) ampara a Educação Ambiental. O documento foi criado em 2013 (Rondônia 2013) com o objetivo de orientar o planejamento de ensino dos educadores, priorizando atividades capazes de propiciar aprendizagens significativas e estratégias para melhorar a qualidade do ensino. Cabe às escolas elaborar seu currículo de acordo com a sua realidade. A Educação Ambiental deve ser incluída no PPP para todos os níveis de ensino e componentes curriculares,

visando a educação participativa, democrática, transformadora e crítica para fortalecer a cidadania ambiental nas escolas e nas comunidades.

Neste aspecto, o currículo se constitui como um contexto interrelacionado, uma decisão política diante da realidade curricular, e não apenas uma versão documental da prática escolar. Assim, entende-se que para que a educação seja emancipatória é fundamental a sua conexão ao processo de compreensão histórico-cultural da sociedade.

O objetivo dessa pesquisa é analisar como a Educação Ambiental vem sendo incluída no currículo de três escolas rurais da Amazônia de Porto Velho. Foram estudados o RCRO, o PPP das escolas e entrevistas semiestruturadas com 06 diretores, 03 coordenadores e 20 professores.

## **2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CURRÍCULO**

Para que a Educação Ambiental seja desenvolvida nas escolas de forma efetiva, os professores devem ter formação na área. Estudos indicam que a Educação Ambiental nas escolas continua sendo abordada conforme nas tendências conservadora. Um modo de romper com o caráter fragmentado do estado vigente é o desenvolvimento de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória, garantindo o fortalecimento na formação dos professores.

Embora a Lei 9795/99 insira a Educação Ambiental na educação, considera-se que a Educação Ambiental crítica ainda não é assumida pelos cursos de licenciaturas de forma sistemática, daí as muitas dificuldades do professor formador em trabalhar temáticas ambientais integradas ao conteúdo acadêmico (GUIMÃES, 2004; LOUREIRO, 2004).

O processo de formação docente em Educação Ambiental não deve se reduzir a treinamento ou capacitação, devendo propiciar uma (re)construção de valores éticos e da práxis, facilitando uma reflexão crítica. A reflexão sobre as contradições que ocorrem no processo de formação de professores gera outra

dimensão quando centrada na investigação do próprio trabalho em sala de aula e na escola (PIMENTA; GHEDIN, 2002).

Outra questão é que o professor tem demandas sociais e institucionais oriundas da escola e da formação nas universidades, o que insere a dimensão ambiental em suas ações pedagógicas. Essas demandas, na maioria das vezes, seguem tendências conservadoras de educação que produzem “armadilhas” paradigmáticas, conforme colocado por Guimarães (2004). Essa perspectiva se produz a partir de uma compreensão de mundo forjada por uma racionalidade dominante, gerando práticas e concepções incapazes de mudar a realidade. Nesse sentido, a formação de educador ambiental não deveria se reduzir a um instrumental técnico/metodológico, como parece ser a tendência criticada por Guimarães (2004).

De acordo com o RCRO, a Educação Ambiental deve estar presente nos currículos do Ensino Fundamental II, nas disciplinas de Língua Portuguesa: 6º, 7º e 8º ano, no eixo temático “o Meio ambiente e Diversidade Cultural” e no 9º ano “Múltiplas Linguagens”. Na disciplina de História 6º ano no eixo temático “As relações sociais, culturais e de trabalho – A natureza e a terra”, no 7º ano “Relações sociais, culturais, de trabalho e poder” e 8º ano “Nações, povos, lutas, guerras e revoluções”. Em geografia do 6º ao 9º ano nos eixos temáticos “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo: relações de poder, nações e cotidiano” e no 8º ano “Nações, povos, lutas, guerras e revoluções”. E na disciplina de Ciências no 6º e 7º ano no eixo temático “Vida, ambiente e diversidade”, do 6º ao 9º “Interação e Múltiplas Linguagens” (RONDÔNIA 2013).

Percebe-se a inserção da Educação Ambiental nos currículos dos referenciais analisados, mas a inserção da Educação Ambiental nos currículos das escolas tem se configurado como um difícil processo, conforme sugerido por Janke (2012, p. 7):

No contexto formal, a Educação Ambiental tenta se estruturar num espaço historicamente disputado, acirradamente, entre as correntes tradicionais e críticas, entre o processo educativo pela

manutenção do capital contra a luta por uma educação para a transformação social. Em geral, o cenário de manutenção tem sobrevivido à disputa, numa situação revelada pela precariedade, falta de qualidade da educação nos espaços formais, de um modo geral e abrangente. Essa situação é resultado das escolhas político-econômicas daqueles que representam democraticamente o povo, mas que se comprometem repetidamente com interesses privados e de manutenção da ordem social vigente.

Neste processo de inclusão da Educação Ambiental deve-se levar em conta o papel da educação escolar a partir dos referenciais analisados, considerando-se a sistematização dos saberes elaborados pela cultura (SAVIANI, 2005). É preciso considerar que a Educação Ambiental na perspectiva da transformação social está relacionada às formas históricas de sua inserção (TOZONI-REIS *et al.*, 2014). Entende-se que a Educação Ambiental não seja necessariamente uma disciplina nos currículos, mas deve-se garantir o seu espaço nas disciplinas. Na análise dos currículos, foi apontada e explicitada a compreensão de currículo encontrada na prática da educação. É importante que sejam objetivadas formas de inserir a Educação Ambiental.

Para entender a ideia recorrente de que o currículo se refere a tudo o que acontece na escola, Saviani (2005, p.14) explica:

De uns tempos para cá se disseminou a ideia de que currículo é o conjunto das atividades desenvolvidas pela escola. Portanto, currículo se diferencia de programa ou de elenco de disciplinas; segundo essa acepção, currículo é tudo o que a escola faz; assim, não faria sentido falar em atividades extracurriculares. Recentemente, fui levado a corrigir essa definição acrescentando-lhe o adjetivo “nucleares”. Com essa retificação, provisoriamente, passaria a ser a seguinte: currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. E por que isto? Porque, se tudo o que acontece na escola é currículo, se apaga a diferença entre curricular e extracurricular, então tudo acaba adquirindo o mesmo peso; e abre-se o caminho para toda sorte de tergiversações, inversões e confusões que terminam por descaracterizar o trabalho escolar. Com isso, facilmente, o secundário pode tomar o lugar daquilo que é principal, deslocando-se, em consequência, para o âmbito do acessório aquelas atividades que constituem a razão de ser da escola. Não é demais lembrar que esse fenômeno pode ser facilmente observado no dia-a-dia das escolas.

Concordando com autor sobre a necessidade de diferenciar essa compreensão de currículo daquela que considera que toda e qualquer atividade realizada na escola é currículo escolar, parte-se do pressuposto de que o currículo é “o conjunto de atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. Trata-se de um processo de apropriação de saberes, incluindo o conhecimento, as ideias, os conceitos, os valores, as atitudes, as habilidades que auxiliam os estudantes para uma prática social, para construir algo concreto. Assim, afirma-se que currículo não é “tudo”, mas um conjunto de atividades organizadas, intencionalmente voltadas para a formação dos estudantes (TOZONI-REIS *et al.*, 2014).

Não se pode pensar em currículos como um loteamento de espaços e tempos disponíveis, com várias disciplinas, pois é preciso ter espaços reservados para o chamado “currículo oculto”, principalmente incluindo valores da comunidade escolar. As aulas ocupam um papel importante no planejamento escolar, mas as experiências extraclasse da convivência com os professores deveriam ser consideradas como parte do currículo. Portanto, na estrutura curricular, é necessária a inclusão de espaços para que ocorra a construção da cidadania e da personalidade, concretizada a partir do diálogo e da confiança entre os alunos (MACHADO, 2016).

Os currículos escolares são instrumentos para orientar ações, estimular viagens para realizar percursos conscientes. Contudo, na atualidade, os currículos têm apresentado uma fragmentação disciplinar exagerada. Parecem menos mapas a cobrir completamente o território do conhecimento e acabam sendo uma prateleira de supermercado, onde tudo está disposto sem ao menos fazer sentido, eventualmente sedutores, mas certamente desorientadores na formação dos estudantes (MACHADO, 2016).

Diante da precariedade de formação curricular e da inserção da Educação Ambiental nos currículos a partir da interdisciplinaridade, o educador deve ter, primeiramente, uma base de como conseguir inserir de forma crítica os

conteúdos da Educação Ambiental nas suas aulas, além da construção de projetos junto com a comunidade próxima da escola, tornando-se capaz de fazer a transformação esperada pela Educação Ambiental no contexto escolar.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como descritiva-qualitativa e o procedimento de coleta de dados foi baseado na descrição de Bogdan e Biklen (1994), que consideram como características essenciais para a coleta e para a análise dos dados: a) O ambiente natural é uma fonte direta dos dados, tornando o investigador o principal instrumento da pesquisa; b) Os dados coletados são descritivos, são analisados delicadamente pelo pesquisador garantindo a autenticidade dos resultados; c) O objetivo da pesquisa não está no produto e sim no processo; d) Na pesquisa, há uma valorização pela análise de forma indutiva; e) A ênfase da interpretação dos fatos entre as relações entrevistador- entrevistado ocorrem através da empatia.

Essas características são fundamentais para estruturação da pesquisa, na organização do estudo de campo, coleta dos dados através das observações e entrevistas, bem como para a análise dos dados.

O enfoque da pesquisa é o materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Marx, como um processo de interpretação da realidade vivenciada, da visão do mundo e práxis. Segundo Lukács (2012), o estudo desenvolvido por Marx mostra fundamentos ontológicos de nova ordem, que faz uma relação do homem com sua própria história através de um ponto de vista social e educativo. O materialismo contribuiu para a investigação da sociedade, na sua produção e reprodução da vida, em um contexto histórico que busca compreender como se formou a sociedade através das suas vivências, procurando desvendar a interpretação da realidade, as formas históricas das relações sociais estabelecidas pela humanidade, mostrando as contradições nas instituições sociais, entre elas a escola.



A este respeito, Frigotto (2000, p. 73) considera ser a dialética fundamental para a interpretação da realidade:

A dialética, para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa “doutrina” ou numa espécie de suma teológica. Para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não apriorísticas, mas construídas historicamente.

Consideradas as palavras do autor, é de suma importância para esta pesquisa o contato com a comunidade local, suas culturas e como vivem, para depois estudar o contexto escolar, observar se as práticas são realmente condizentes com a sociedade. Portanto, a presente pesquisa é baseada no materialismo histórico-dialético, através do método de estudo da Educação Ambiental crítica, sob uma perspectiva que procura a complexidade da realidade vivenciada, verificando as interações do homem com o meio ambiente, essencial para a coleta e a análise dos dados (Cf. TOZONI-REIS, 2004). A autora acredita que o conhecimento ligado ao meio ambiente está nas mediações da relação homem-natureza, ambos entrelaçados por suas histórias e culturas regionais. O conceito foi criado através dos estudos de Marx sobre fundamentos ontológicos dessa nova ordem, confrontando o homem com sua história, em uma compreensão educativa e social.

Na pesquisa documental, foi realizado o estudo do RCRO (RONDÔNIA, 2013), o PPP de cada escola investigada e entrevistas. As entrevistas foram realizadas com os professores, coordenadores e diretores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II das escolas investigadas. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: questionários contendo as perguntas das entrevistas (com duração de cerca de 10 a 15 minutos), as quais foram pré-agendadas com os educadores.

Na análise de dados, foi aplicada a metodologia elaborada por Moraes e Galiazzi (2007), denominada Análise Textual Discursiva (ATD). Esta abordagem considera três pontos principais: desmontagens dos textos, estabelecimento de relações e captando o novo emergente. Este ciclo é fundamental para auxiliar no entendimento da pesquisa, visando três elementos: descrição, interpretação e argumentação.

Com base no método da ATD, foi realizada a desmontagem dos textos, direcionada a achar as respostas da pesquisa. Nessa fase, as partes principais foram destacadas e separadas em unidades, considerando-se a importância desses trechos para esta investigação. Assim, foram denominadas unidades, com significado para cada ação de seleção e separação dessas unidades.

Na fase de desconstrução das respostas, foi necessário um estudo cuidadoso das falas dos educadores e estudantes para se compreender o que muitas vezes não fica visível nos resultados e, através delas, construir diferentes significados relacionados às teorias e perspectivas do materialismo histórico-dialético.

A parte caracterizada como estabelecimento de relações foi estudada por meio da leitura detalhada dos textos originais. As interpretações das unidades significativas separadas foram realizadas a partir do estabelecimento das unidades semelhantes, contribuindo para o preparo das categorias emergentes. Esta etapa “corresponde a simplificações, reduções e sínteses de informações de pesquisa, concretizados por comparação e diferenciação de elementos unitários, resultando em formação de conjunto de elementos que possuem algo em comum” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 75).

Depois da análise do PPP de cada escola e das entrevistas, relacionamos ao que está nos documentos oficiais e o que realmente acontece nas escolas. A análise dos dados, denominada como “captando o novo emergente”, exigiu estudos para a elaboração de um texto que resultou em um novo texto, o qual levou em consideração todos os aspectos da pesquisa,

manifestando a compreensão e significados concedidos através do pesquisador para a ocorrência pesquisada, não perdendo a essência da origem nos textos originais (MORAES, 2003; MORAES; CALIAZZI, 2007).

Para a análise dos dados, evidenciou-se a ampliação do entendimento em relação à Educação Ambiental em seu contexto escolar. As concepções foram fundamentadas por meio de diálogos, dos dados empíricos e dos referencias estudados. Assim, o texto final dissertativo produzido como análise dos dados coletados na pesquisa traz a descrição fundamental com a articulação entre os três elementos: a descrição, a interpretação e a argumentação.

#### **4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS**

De acordo com Gomes *et al.* (2012), a existência do PPP pressupõe a participação coletiva da comunidade escolar na sua elaboração, execução, acompanhamento e avaliação (reescrito propositadamente!) mesmo que, na prática, isso tudo não ocorra. Nesse ponto, vem a reflexão sobre a participação dos professores que, muitas vezes, por executarem tantas tarefas na escola, não conseguem participar de forma efetiva na elaboração do PPP. Vale lembrar que essas ações são meios para alcançar o objetivo da instituição, colocando em destaque a formação humana e buscando o fortalecimento das relações sociais. O objetivo da escola é garantir o processo de formação do cidadão, não somente com os conteúdos pré-determinados, e sim focar em uma determinada concepção de homem que se quer formar.

Buscou-se identificar se os educadores tinham conhecimento sobre a inserção da Educação Ambiental no PPP da escola em que atuam. Porém um problema surgiu durante o estudo documental, pois em duas das três escolas investigadas o PPP ainda se encontrava em construção, que é o caso da Escola Municipal Ensino Fundamental Marechal Rondon e da Escola Municipal Ensino Fundamental Nossa Senhora de Nazaré. A Secretaria Municipal de Educação

ressaltou que as escolas pesquisadas ainda se encontram em processo de autorização e os PPP estão no prazo para construção. Assim, os PPP das duas escolas citadas, mesmo em processo de construção foram cedidos da forma em que se encontravam na escola.

A educação do estado de Rondônia tem seu planejamento fundamentado no RCRO, no qual a Educação Ambiental é retratada. Buscou-se observar quais educadores desenvolvem seu trabalho utilizando esse aporte teórico no planejamento das suas atividades ao longo do ano letivo.

No PPP do CTPM II, consta que são feitos trabalhos na horta da escola, relatando a importância para refletir sobre o ambiente em que vivemos, ensinar os estudantes a cultivar os alimentos, criando no colégio uma área verde e produtiva pela qual todos se sintam responsáveis, além de trabalhar a interdisciplinaridade. Sobre o orquidário, consta no PPP que é um ambiente para desenvolver a Educação Ambiental: promover o conhecimento da família Orchidaceae; compor um jardim no entorno do orquidário para desenvolver atividades sobre a importância da interação das plantas com a fauna; buscar a compreensão e motivação dos visitantes de novas atitudes para proteção, conservação e preservação do meio ambiente.

A missão da escola é um ensino de qualidade, desenvolvendo nos estudantes o amor à pátria, tornando “cidadãos participantes e críticos” (PPP CPMII, 2017).

Pretendemos uma educação voltada para a transformação social, sendo essa libertadora, crítica e humanitária, oportunizando ao educando um conhecimento científico, político e cultural visando formar um cidadão crítico e conscientes dos seus direitos e deveres, preparando para a vida. Um indivíduo capaz de interagir com o outro e com o meio ambiente de forma equilibrada (PPP-CPMII, 2017, p. 86).

Uma das estratégias é realizar palestras, oficinas e ações educacionais para a comunidade escolar com profissionais das áreas da educação, saúde,

meio ambiente, justiça e trabalho (CPMII, 2017 p. 90). Uma referência bibliográfica utilizada no PPP do CPMII foi o livro *Pedagogia Histórico-Crítica*, de Saviani.

O PPP da EMEFNSN (2019) se encontra em processo de construção e até o momento não consta nada sobre a Educação Ambiental no documento.

O PPP da EMEFMR (2018) também se encontra em construção, mas nos trechos escritos relata o Projeto de Meio Ambiente, a fim de compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia, e também o Projeto do Igarapé do Veados, visando conscientizar a comunidade escolar e local para a necessidade da sua recuperação e preservação.

O PPP é um documento fundamental, porém duas escolas não estavam com o documento pronto durante os meses desta pesquisa. Sobre a Educação Ambiental e sua inclusão nesses documentos, foi possível perceber uma inserção de forma superficial, sem projetos que duram o ano inteiro, de forma regular. Para que ocorram projetos de Educação Ambiental que tenham potencial transformador, é de suma importância que se invista na capacitação dos educadores e dos estudantes, para se engajarem na inserção e na execução desses projetos.

## **5. A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Segue a apresentação dos Quadros 1, 2 e 3 com as falas dos educadores. Na entrevista foram abordadas as seguintes questões: A escola aborda a Educação Ambiental no PPP; Como são desenvolvidas as práticas de Educação Ambiental; Quais as dificuldades e possibilidades encontradas para desenvolvê-las no âmbito escolar.

Quadro 1 - Educação Ambiental nas escolas: diretores

Identificação	Falas Correspondentes
D1	PPP em construção. As dificuldades em trabalhar esse assunto na escola é a falta de capacitação dos profissionais no assunto, a possibilidade é poder trabalhar através de projetos, palestras e utilizando o que o meio proporciona para trabalhar o assunto.
D2	Sim está inserido a Educação Ambiental no PPP. A principal dificuldade é a inabilitação dos profissionais. Possibilidade é por ter projetos que a escola é convidada a participar e os estudantes e professores abraçam a causa.
D3	Sim. Dificuldade é a falta de capacitação dos profissionais e resistência de alguns profissionais. Possibilidade é receber projetos que órgão públicos envolvem as escolas e os estudantes recebem muito bem.
D4	PPP em construção. Só vejo dificuldades em relação aos materiais não trabalhar a realidade de cada região, no nosso caso a Amazônia.
D5	PPP em construção. Dificuldades é a divulgação dos nossos projetos pelos estudantes para seus familiares, falta de parceria da comunidade. Possibilidades é pela escola ser um ambiente favorável, professores comprometidos, apoio da equipe gestora.
D6	PPP em construção. Uma das maiores dificuldades é o reconhecimento importante, pois sua presença ainda é vaga no currículo. A Educação Ambiental é vista pelos docentes como fundamental para o ensino no contexto escolar, no entanto destacam as dificuldades de encontrar tempo e cumprir o conteúdo programático curricular estabelecido nos documentos oficiais do ensino dentro das horas aulas ofertadas na grade curricular. Quanto as possibilidades que vemos são as políticas públicas que serve como Política Nacional de Educação Ambiental e que essa educação deve ser um processo contínuo, de caráter interdisciplinar, enfatizando a cidadania para a sustentabilidade.

Fonte: Coleta de dados, 2019.

Em relação ao desenvolvimento da Educação Ambiental na escola de acordo com o RCRO, os diretores D1 e D2 falam sobre a falta de capacitação em Educação Ambiental. D3 fala sobre a resistência dos profissionais em trabalhar a Educação Ambiental nos planos de curso. D5 fala da falta de parcerias da comunidade em projetos interdisciplinares na escola e D4 diz que “vê dificuldades em trabalhar a realidade de cada região, no nosso caso a Amazônia”, pois os livros didáticos, por exemplo, não falam somente da sua região. Segundo Leff (2001, p. 261) estas compreensões permitem compreender que:

O ensino tradicional básico falha não tanto por ser disciplinar, mas por não impulsionar e orientar as capacidades cognitivas, criativas dos alunos, e por estar desvinculado dos problemas do contexto sociocultural e ambiental. A pedagogia ambiental deve gerar um

pensamento da complexidade que seja crítico, participativo e propositivo.

Esta forma revela que por meio da pedagogia ambiental deve ser pensada e refletida em um pensamento complexo evidenciado por um educador ambiental. Neste caso, ao entender a Educação Ambiental inserida no currículo escolar deve-se pensar as novas práticas educativas.

A respeito das dificuldades, os diretores dizem que a falta de profissionais capacitados para trabalhar esse tema na escola é grande. Sobre as possibilidades de desenvolver a Educação Ambiental nas escolas, dizem que os projetos interdisciplinares realizados ainda são a forma que possibilita trabalhar melhor esse assunto.

A diretora D6 fala que a Educação Ambiental ainda é “vaga” no currículo, o RCRO contém algumas orientações de como trabalhar a Educação Ambiental nos componentes curriculares. Fala ainda que uma “possibilidade da Educação Ambiental são as políticas públicas que servem como Política Nacional de Educação Ambiental e que essa educação deve ser um processo contínuo, de caráter interdisciplinar, enfatizando a cidadania para a sustentabilidade”.

Portanto, incluir no currículo algum projeto permanente ainda é uma dificuldade para os educadores, já que alegam a falta de capacitação e formação sobre a Educação Ambiental e a falta de tempo para o conteúdo programático curricular já estabelecido na escola.

Quadro 2 - Educação Ambiental nas escolas: coordenadores

Identificação	Falas Correspondentes
C1	PPP em construção. Não vejo nenhuma dificuldade. A possibilidade é trabalhar a interdisciplinaridade através de projetos que envolvam todos os professores.
C2	Está inserida no PPP. Acredito que a dificuldade é a falta de tempo para dedicar ao assunto, a escola tem metas e projetos e poucos incluímos a Educação Ambiental. A possibilidade é pela recepção dos estudantes ao assunto ambiental, estão sempre dispostos a participarem, os professores também são bem animados a desenvolver ações, alguns estudantes trazem mudas para plantar nos canteiros da escola, porém não é nada

	documentado como um projeto, são ações que eles mesmos decidem e a escola está sempre incentivando.
<b>C3</b>	Está inserida no PPP. Temos pouca dificuldade e mais facilidade pois os professores e estudantes se mobilizam com as causas ambientais.

Fonte: Coleta de dados, 2019.

Sobre as dificuldades de trabalhar a Educação Ambiental de acordo com o RCRO, a coordenadora C2 ressalta a falta de tempo para dedicar a projetos, C3 fala que vê poucas dificuldades e C1 não relata dificuldades.

Com relação, às possibilidades para trabalhar a Educação Ambiental na escola, C1 se refere à questão interdisciplinar dos projetos, que acabam unindo os professores para desenvolvê-los. C2 e C3 deixam claro que os estudantes recebem muito bem esses projetos e C2 ainda complementa que os estudantes se envolvem tanto em cuidar e arborizar a escola, que trazem mudas e plantam mesmo sem projetos.

Deste modo, o caminho da Educação ambiental é uma ação educativa permanente evidenciando a formação da cidadã nos estudantes e dos professores envolvem na formação e na prática dos professores por meio da interdisciplinaridade, conforme caracteriza Leff (2001).

Neste caso, se não houver cultivo de valores por parte dos educadores, não podemos esperar interesse dos estudantes em ações desconhecidas.

Quadro 3 - Educação Ambiental nas escolas: professores

<b>Identificação</b>	<b>Falas Correspondentes</b>
<b>P1</b>	PPP em construção. Não. As dificuldades é ter profissionais com formação voltada para Educação Ambiental, ter um conteúdo programático fixo na escola. Possibilidades é poder trabalhar de forma transversal nas disciplinas.
<b>P2</b>	PPP em construção. Sim, muito pouco pois o livro explora pouco o assunto. A dificuldade é encontrar pessoas com formação e matérias para explorar esse assunto na escola. A possibilidade é que a escola das condições através dos eventos e espaços físicos para o trabalho de Educação Ambiental.
<b>P3</b>	PPP em construção. Sim superficialmente. A principal dificuldade é a falta de materiais adequado para trabalhar o tema, tendo em vista que uso o livro didático e ele aborda bem superficialmente o assunto na minha disciplina. Possibilidade é falar os temas atuais durante as aulas, é uma forma de fazer com que o estudante tenha uma visão da realidade do problema, facilitando a sua compreensão.



<b>P4</b>	PPP em construção. Sim. A dificuldade é que o laboratório não tem os materiais necessários (vidrarias e microscópio) e acabo não usando ele nas aulas. Por aqui ser distante não consigo deslocar com os estudantes para fazer visitas em parques ou ambientes diferentes da realidade deles, onde poderia trabalhar a questão ambiental na prática (tem uma burocracia para viajar com os estudantes, além da falta de verba). Possibilidade é que consigo trabalhar no dia a dia por minha disciplina favorecer o assunto, porém o livro é muito superficial e busco sempre as atualidades.
<b>P5</b>	Sim. Sim. Existe dificuldades e possibilidades, manter o local sempre limpo e a conscientização de alguns estudantes, parte dos estudantes contribuem para o projeto.
<b>P6</b>	Sim. No plano de curso não, mas conversamos sobre o assunto. As dificuldades ainda são muitos, uma vez que a maioria dos profissionais, inclusive os da área de ciências da natureza, não se mostram motivados, ou até mesmo preparados para trabalhar o tema. Seria tão fácil se dispuséssemos da estrutura necessária. A escola é um lugar onde a diversidade impera. Isso é positivo. Muitas ações em prol da conservação ambiental poderiam ser realizadas. A nova Base Nacional Curricular (BNCC) contempla a Educação Ambiental. Isso poderá ser bastante favorável para educadores, estudantes e comunidade de modo geral.
<b>P7</b>	Sim. Sim em textos. Possibilidade é o assunto que está em evidência. Dificuldades é a falta recursos, de material adequado para desenvolver uma boa aula no assunto ambiental.
<b>P8</b>	Não sei. Não. Só vejo dificuldades, falta de qualificação dos professores! Ausência de um Projeto Pedagógico voltado para a Educação Ambiental.
<b>P9</b>	Sim. Não. Falta de informação, com uma maior dificuldade até mesmo seminários que envolva o tema.
<b>P10</b>	Sim. Sim. Dificuldades: material didático indisponível. Possibilidade: os estudantes tentam aplicá-los no próprio ambiente escolar.
<b>P11</b>	Sim. Sim. Dificuldade é a falta de material didático. Possibilidade é que sabemos de alguns assuntos transmitimos para os estudantes, estes como estão em formação, aprendem ou assimilam com mais facilidade.
<b>P12</b>	Sim. Sim. Dificuldade como o resultado é a longo prazo dá a sensação de que no momento não vale a pena todo esforço. Possibilidade é que muitos estudantes compram a causa e isso é gratificante.
<b>P13</b>	Sim. Sim. Dificuldade é a falta de apoio, falta de materiais para excursão de projetos, pouca importância dos profissionais para apoiar a Educação Ambiental como forma de complemento nas disciplinas. Possibilidade é por ser um excelente tema para desenvolver a criatividade dos estudantes.
<b>P14</b>	Sim. Sim com temas transversais. Primeiro a falta de valorização do tema pela estrutura de poder político e educacional, ou seja, o próprio ministério da educação não lhe dá a devida importância.
<b>P15</b>	PPP em construção. Não diretamente. Dificuldades são matérias, livros com o tema. Possibilidade que tem são as pesquisas, trabalho de campo etc.
<b>P16</b>	PPP em construção. Sim. Dificuldades é fazer os estudantes se envolverem, não vejo possibilidades.
<b>P17</b>	PPP em construção. Não trabalho. Possibilidade é por estar em zona rural. Dificuldade é a motivação dos estudantes, e pelo distrito ser cercado pelo rio Madeira que de novembro a abril costumam alagar até ao redor da escola.
<b>P18</b>	PPP em construção. Sim. Eu que a dificuldade está no solo onde plantamos as mudas aqui na comunidade, porque no inverno fica muito encharcado o solo e muitas vezes não sobrevivem, e os livros didáticos não aprofundam

	no assunto. Possibilidade é que os estudantes participam com muita dedicação.
<b>P19</b>	PPP em construção. Sim. A possibilidade é que faz parte do cotidiano de todos (separação do lixo, higiene e horta). Dificuldade é fazer com que o trabalho seja contínuo e não pontual, deve ser levado a sério por todos os professores e estudantes.
<b>P20</b>	PPP em construção. Sim trabalha nos conteúdos sobre meio ambiente. A maior dificuldade é a falta de motivação dos estudantes, quando começou a desenvolver seu plano, pois eles não têm muito interesse. A possibilidade é que nos professores temos um contato direto com essa clientela e podemos conscientizar, passando os conhecimentos sobre os problemas ambientais que enfrentamos na atualidade. E podemos ser intérpretes como a necessidade de promover mudanças de hábitos e atitudes.

Fonte: Coleta de dados, 2019.

Estes professores relatam que há inúmeras dificuldades na escola que devem ser superadas, contudo é necessário que se estabeleçam caminhos para que isso aconteça. Na entrevista, vários professores falaram sobre as dificuldades de incluir a Educação Ambiental pela falta de material adequado para trabalhar o assunto, como nas falas de P2, P3, P4, P7, P10, P11, P13, P15 e P18.

O professor P4 relata a falta de materiais no laboratório como “vidrarias e microscópio” e relata também uma dificuldade de não poder se deslocar com os estudantes para fazerem visitas em parques ou ambientes onde poderiam trabalhar a questão ambiental na prática, deixando claro que “tem uma burocracia para viajar com os estudantes, além da falta de verba”.

No contexto da Educação Ambiental o professor pode promover excelentes aulas práticas na sala de aula tanto como fora dela, desde que seja uma aula planejada e que consolide a prática por intermédio de uma teorização, sendo uma excelente ferramenta para a prática educativa. A professora P6 ressalta que “a nova Base Nacional Curricular (BNCC) contempla a Educação Ambiental, isso poderá ser bastante favorável para educadores, estudantes e comunidade de modo geral”. Porém a Educação Ambiental não é retratada na BNCC, esse documento referência o meio ambiente como algo que deve ser protegido, cuidado e respeitado (BRASIL, 2017).

Deve-se pensar em cursos de formação ambiental a partir de conteúdos em cursos de formação de professores nas Universidades, de modo que se possa evidenciar caminhos que permitam a melhoria na prática educativa, conforme afirma Loureiro (2006, p. 109):

[...] não basta boas formulações gerais, leis e documentos oficiais ou princípios aprovados em grandes encontros, é necessário que estes se transformem em práticas sociais, assumidos pelos grandes agentes da educação e legitimados pelo coletivo, pois é nesta dimensão que se opera objetivamente a mudança, reconhecendo que é insuficiente querer mudar o indivíduo sem mudar a realidade social em que este se situa como sujeito.

Deste modo, a complexidade das práticas educativas em Educação Ambiental, permitem compreender os diversos desafios para que ocorra a superação da aprendizagem dos estudantes de modo significativo.

A maioria dos professores investigados seguem o livro didático e o plano de curso nele se baseia. Sabe-se que o livro didático deveria seguir as orientações do RCRO e a maioria dos livros adotados pelas escolas são mais antigos que o próprio documento. Os livros muitas vezes repetem sua edição há décadas, deixando o conteúdo ultrapassado. Portanto, os professores deveriam buscar, além do livro didático adotado, outros recursos para passar conteúdos recentes e atualidades.

No RCRO está descrito como trabalhar a Educação Ambiental nos componentes curriculares de diferentes disciplinas. Observamos que alguns professores usam esse material e até mesmo desconhecem o conteúdo desse assunto no documento, esse documento deve ser visto como um ponto de partida, pois é ele um documento orientador, assim como o livro didático deve orientar, ambos precisam de um planejamento. Por mais que na escola rural tenha acesso a arborização e hortas, o professor P4 relata a vontade de levar os estudantes para conhecer outros lugares, pois eles acabam vivenciando apenas a realidade rural.

Sobre esse contexto, Saviani (2007, p 131) contribui “Ora, o ato de antecipar mentalmente o que será realizado significa exatamente que a prática humana é determinada pela teoria”. Portanto, quanto mais sólida for a teoria que orienta a prática, tanto mais consistente e eficaz é a atividade prática”.

Os professores P1 e P19 relatam a dificuldade em ter um trabalho contínuo e não pontual, que deve ser levado a sério por todos os professores e estudantes. Confirmando que o planejamento é o principal aliado do professor, contendo uma base teórica orientadora para somar aos objetivos almejados que busquem o interesse dos estudantes pelas questões desenvolvidas nas aulas.

Ainda sobre as dificuldades, os professores P16, P17 e P20 falam sobre a falta de interesse dos estudantes, sendo que o interesse dos estudantes é o maior dos valores a ser cultivado em cada ação docente.

A respeito das possibilidades, os professores P12 e P18 falam sobre o interesse e disponibilidade dos estudantes para trabalhar esse tema. A maioria dos professores concorda que o ambiente escolar é um espaço propício para explorar a Educação Ambiental e que o meio rural onde se encontram as escolas também ajuda. Os professores ainda possuem dificuldades para estabelecer a relação entre a sociedade e o meio ambiente, o que nos traz a análise de Carvalho (2012, p. 155):

A visão de Educação Ambiental como espaço de convergência de boas intenções ambientais parece silenciar [...] a complexidade dos conflitos sociais que se constituem em torno de diferentes modos de acesso aos bens ambientais e de usos desses bens – os quais, ao mesmo tempo em que garantem na Constituição como de usufruto comum, têm sido cada vez mais disputados por interesses particulares e setoriais em detrimento dos interesses coletivos

Sobre as possibilidades de desenvolver a Educação Ambiental na escola P5 fala sobre manter o lugar limpo e P19 fala sobre higiene, contudo, indiscutivelmente, pode-se confirmar que essa prática não corresponde à prática da Educação Ambiental.

Sobre as dificuldades em inserir a Educação Ambiental o professor P14 relata a “falta de valorização do tema pela estrutura de poder político e educacional” e o P12 relata que o trabalho da Educação Ambiental “é de longo prazo, dá a sensação de que no momento não vale a pena todo esforço”, portanto essa desmotivação dos professores muitas vezes dificultam a inserção no currículo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos documentos, verificou-se um contraste entre a teoria e a prática, acontecendo uma prática sem teoria ou uma teoria sem prática. Por fazer parte dos temas transversais dispostos no PCN (BRASIL, 1998) e por ser considerada importante na visão dos participantes da pesquisa, seria previsível que a Educação Ambiental fosse contextualizado no PPP de cada escola. No entanto, no único PPP que se encontrava pronto e autorizado (o do CTPM II), o assunto sobre a Educação Ambiental estava bem superficial. Os PPP da EMEFNSN e da EMEFMR estavam em processo de construção. A EMEFMR é a mais precária, pois precisa de várias reformas para que aconteça a autorização de funcionamento; o PPP em construção foi cedido pela diretora e também trata bem superficialmente a Educação Ambiental no seu conteúdo. Na Escola Nossa Senhora de Nazaré, o PPP também está em fase de construção e ainda não foi autorizado. A escola tem recebido mais atenção na parte estrutural por ter sido realocada da sua área inicial pela Usina Hidrelétrica de Jirau.

O RCRO, por sua vez, é visto como um documento que norteia as práticas educativas escolares, contemplando a Educação Ambiental em grande parte dos componentes curriculares, porém, devido a diversos fatores, os educadores não conseguem executar o que está no documento.

A maioria dos professores seguem o livro didático, e relatam que, os assuntos ligados à Educação Ambiental não estão de forma clara, precisando de

materiais diferenciados e capacitação para que os professores consigam entender que a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma extracurricular e não somente pautada no conteúdo dos livros didáticos adotados. Houve relatos dos professores sobre o fato de que os livros escolhidos pela escola não são os que chegam, demonstrando-se o descaso para com as escolas rurais, que recebem livros que sobram das escolas urbanas para usar em suas aulas.

Portanto, o exercício de práticas fragmentadas decorre de políticas educacionais que não visam uma educação transformadora, e sim oposta, que intencionam uma educação reprodutivista, que objetivam a formação de trabalhadores para desempenhar uma mão de obra barata, mais conhecidas como “políticas de disciplinação”.

A problemática relacionada à Educação Ambiental na escola não é por falta de consciência sobre questões ambientais, mas pela dificuldade de se introduzir o assunto de forma que não secundarize as relações sociais que circundam as questões ambientais.

### Referências

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telomo Morinhi Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 09 de nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9795. 1999.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em 17 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Base nacional curricular comum**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 04 de Jun. de 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: invenção do sujeito ecológico**. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COLEGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR II. **Projeto Político-Pedagógico**. Porto Velho: CTPMII, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. 5 ed. In. FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 69-90.

GOMES, Alfredo Macedo. **Políticas públicas e gestão da educação**. Mercado das Letras, 2012. (Série: Estudos em Políticas Públicas e Educação).

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 25-24.

JANKE, Nadja. **Políticas públicas de educação ambiental**. Tese (Doutorado) – UNESP, Faculdade de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência. Bauru, 2012.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade**, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes; 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. *et al.* (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p.104-161.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACHADO, José Nilson. **Formação do professor: microensaios tetraédricos**. São Paulo: Editora: Livraria da Física, 2016.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2007.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Rondon. **Projeto Político-Pedagógico**. Porto Velho: EMEFMR, 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora De Nazaré. **Projeto Político-Pedagógico**. Porto Velho: EMEFNSN, 2019.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular de Rondônia: Ensino Fundamental**. 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 17ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, Edição Especial n. 3/2014, p. 145-162.